



CONCURSO PÚBLICO

## 007. PROVA OBJETIVA

### ADMINISTRADOR

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira



## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números **01** a **08**.

#### *Redes pessoais e vulnerabilidade social*

Redes sociais têm sido cada vez mais consideradas como elementos importantes na construção de uma grande variedade de processos, desde a mobilização política em movimentos sociais ou partidos políticos, **até** as ações e a estrutura de relações formais e informais entre as elites políticas e econômicas **ou** na estruturação de áreas de políticas públicas, entre muitos outros temas. Número significativo de estudos tem examinado as redes pessoais, aquelas que cercam os indivíduos em particular. Essas análises visam a estudar os efeitos da sociabilidade de diversos grupos sociais, para compreender como os laços sociais são construídos e transformados e suas consequências para fenômenos como integração social, imigração e apoio social.

No caso específico da pobreza, a literatura tem estabelecido de forma cada vez mais eloquente como tais redes medeiam o acesso a recursos materiais e imateriais e, ao fazê-lo, contribuem de forma destacada para a reprodução das condições de privação e das desigualdades sociais. A integração das redes ao estudo da pobreza pode permitir a construção de análises que escapem dos polos analíticos da responsabilização individual dos pobres por sua pobreza (e seus atributos), assim como de análises sistêmicas que foquem apenas os macroprocessos e constrangimentos estruturais que cercam o fenômeno.

A literatura brasileira sobre o tema tem sido marcada por uma oposição entre enfoques centrados nesses dois campos, embora os últimos anos tenham assistido a uma clara hegemonia dos estudos baseados em atributos e ações individuais para a explicação da pobreza. Parece-nos evidente que tanto constrangimentos e processos supraindividuais (incluindo os econômicos) quanto estratégias e credenciais dos indivíduos importam para a constituição e a reprodução de situações de pobreza. Entretanto, essas devem ser analisadas no cotidiano dos indivíduos, de maneira que compreendamos de que forma medeiam o seu acesso a mercados, ao Estado e às trocas sociais que provêm bem-estar.

(Eduardo Marques, Gabriela Castello e Renata M. Bichir.  
*Revista USP*, nº 92, 2011-2012. Adaptado)

- 01.** É correto afirmar que esse texto se dedica, principalmente, a
- (A) denunciar equívocos frequentes nos estudos sobre a pobreza.
  - (B) criticar o tratamento dado ao tema “pobreza” pelos estudiosos de redes sociais.
  - (C) discutir o papel das elites econômicas no incentivo ao consumo.
  - (D) expor contribuições das redes pessoais para o estudo da pobreza.
  - (E) apontar medidas capazes de minimizar o problema da desigualdade social.

- 02.** De acordo com o texto, um dos aspectos positivos do recurso às redes pessoais para análise da pobreza está em
- (A) desvincular-se da perspectiva analítica de estudos que atribuem a responsabilidade pela pobreza ao pobre ou à ação de elementos acima do plano individual.
  - (B) condensar informações pessoais e grupais, para conhecer os benefícios à disposição dos cidadãos e possibilitar-lhes melhores recursos materiais e imateriais.
  - (C) desfazer a crença de que a sociabilidade é um fenômeno que depende de o indivíduo abandonar as condições de pobreza e buscar a própria felicidade.
  - (D) facilitar a mobilização de grupos de interesse (econômico, político) com o objetivo social definido de remover obstáculos à ascensão social.
  - (E) possibilitar aos menos favorecidos acesso a recursos econômicos, além de promover a integração deles a outros grupos.

- 03.** Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas da afirmação:

A relação de sentido estabelecida no contexto pelas expressões destacadas no primeiro parágrafo é de \_\_\_\_\_ e tem equivalente na expressão em destaque na passagem \_\_\_\_\_.

- (A) abrangência ... “análises sistêmicas que foquem **apenas** os macroprocessos”
- (B) limite temporal ... “de forma **cada vez mais** eloquente”
- (C) alternância ... “**desde** a mobilização política em movimentos sociais”
- (D) limite espacial ... “aquelas que cercam os indivíduos **em particular**”
- (E) inclusão ... “**assim como** de análises sistêmicas”

Para responder às questões de números **04** a **06**, considere esta passagem do texto:

- (I) A literatura brasileira sobre o tema tem sido marcada por uma oposição entre enfoques centrados nesses dois campos, (II) **embora os últimos anos tenham assistido** (III) a uma clara hegemonia dos estudos baseados em atributos e ações individuais (IV) **para a explicação da pobreza**.

- 04.** Assinale a alternativa contendo afirmação correta.

- (A) O trecho (II) expressa, em relação ao (I), a ideia de restrição, podendo ser substituído por “contanto que os últimos anos assistiram”.
- (B) O trecho (IV) expressa, em relação ao (III), a ideia de intenção, podendo ser substituído por “enfim explicando a pobreza”.
- (C) O trecho (II) expressa, em relação ao (I), a ideia de concessão, podendo ser substituído por “apesar de os últimos anos terem assistido”.
- (D) O trecho (II) expressa, em relação ao (I), a ideia de limitação, podendo ser substituído por “desde que os últimos anos assistiram”.
- (E) O trecho (IV) expressa, em relação ao (III), a ideia de proximidade, podendo ser substituído por “ao encontro da explicação da pobreza”.

05. As palavras “hegemonia” e “atributos” têm sinônimos adequados ao contexto em:

- (A) supremacia e concessões.
- (B) preponderância e peculiaridades.
- (C) identidade e qualidades.
- (D) disparidade e valores.
- (E) decadência e atrativos.

06. A expressão verbal “tem sido marcada” exprime a noção de ação

- (A) interrompida no tempo.
- (B) encerrada no presente.
- (C) inconclusa no tempo.
- (D) concluída em passado remoto.
- (E) contínua em passado recente.

07. Assinale a alternativa em que a concordância, nominal e verbal, está de acordo com a norma-padrão.

- (A) Foi observado, muito recentemente, a importância das redes sociais quando se tratam de vários processos sociais.
- (B) Já houveram evidências de que as redes sociais são o meio melhor indicado para fornecer informações sobre a pobreza.
- (C) Tanto as desigualdades sociais quanto a reprodução das condições de privação vem sendo associada à ação das redes sociais.
- (D) Graças aos estudos atuais, o fenômeno da pobreza têm sido o menos possível associados a ações individuais.
- (E) Constataram-se cerca de 50% dos estudos atuais examinando as redes pessoais, mas não há ainda conclusões bastantes sobre o tema.

08. Assinale a alternativa em que o trecho destacado está reescrito de acordo com a norma-padrão de emprego de pronomes.

- (A) ... constrangimentos estruturais que **cercam o fenômeno [cercam-lo]**.
- (B) ... como tais redes **medeiam o acesso [medeiam-no]**.
- (C) Número significativo de estudos **tem examinado as redes pessoais [tem examinado elas]**.
- (D) ... trocas sociais que **provêm bem-estar [provêm-lhe]**.
- (E) Essas análises visam a **estudar os efeitos da sociabilidade [estudar eles]**.

Leia o texto, para responder às questões de números 09 a 14.

### Organograma

Dizem que em matéria de organização aquele Ministério é de amargar. De vez em quando um processo cai no vazio e desaparece para nunca mais. Por quê? Porque o único Ministro que se lembrou de organizá-lo, segundo me contaram, tinha mania de organização.

Mania oriunda de uma sensibilidade estética o seu tanto exacerbada, capaz de exteriorizar-se em requintes de planejamento burocrático. Aparentemente, essa marca de sua personalidade condizia com as altas funções que já lhe cabiam.

Mas só aparentemente: a primazia do fator estético, feito de equilíbrio, proporção e harmonia, passou a ser a determinante principal de todos os seus atos – tudo mais no Ministério que se danasse. Como no remédio para nascer cabelo: não nascia, mas dava brilho.

Dizem que, quando tomou posse do cargo, a primeira coisa que fez foi encomendar a confecção de um artístico organograma. Quando lhe trouxeram o trabalho, encomendado no Departamento do Pessoal, que por sua vez o encomendou a um desenhista particular, o Ministro não fez mais nada a não ser estudar a galharia daquela árvore geométrica, em função da qual as atividades de sua Pasta passariam a desenvolver-se.

– Este organograma está uma droga. Não posso depender uma coisa destas na parede de meu gabinete.

Pôs-se imediatamente a inventar novas repartições, serviços disso e daquilo – tudo fictício, irreal, imaginário – para estabelecer o equilíbrio organogramático com departamento disso, departamento daquilo.

O certo é que o novo organograma foi executado, e todo aquele que tivesse a ventura de penetrar em seu gabinete podia admirá-lo.

– Tudo isso sob seu controle, Ministro?

– Para você ver, meu filho: se não fosse eu, todo esse complexo administrativo já teria desabado para um lado, como uma árvore desgalhada.

Dizem, mesmo, que até hoje o magnífico organograma figura no tal Ministério, como uma das mais importantes realizações de sua gestão.

(Fernando Sabino, *A mulher do vizinho*. Adaptado)

09. Segundo o texto, a mania de organização do Ministro

- (A) serviu de base para estruturar uma Pasta com várias novas e eficientes seções.
- (B) foi responsável pelo reconhecimento público da eficácia do trabalho da Pasta.
- (C) fez com que os atos dele priorizassem o bom funcionamento da Pasta.
- (D) resultou num organograma que não passou de peça decorativa em seu gabinete.
- (E) criou um clima de valorização estética no ambiente do Ministério.

10. No contexto das passagens – **Dizem** que em matéria de organização... (1º parágrafo) / **Dizem** que, quando tomou posse do cargo ... (4º parágrafo) –, o efeito de empregar o verbo na 3ª pessoa do plural é expressar a ideia de que
- (A) o narrador pretende criar efeito de suspense.
  - (B) a informação prestada não é digna de crédito.
  - (C) o agente da ação é incerto, não identificado.
  - (D) a fonte da afirmação é o próprio narrador.
  - (E) a ação verbal não foi efetivamente praticada.
11. A alternativa contendo palavras que afirmam o sentido contrário das destacadas em – Mania oriunda de uma sensibilidade estética o seu tanto **exacerbada...** / a **primazia** do fator estético, feito de equilíbrio, proporção e harmonia, passou a ser a determinante principal de todos os seus atos ... – é:
- (A) abrandada e excelência.
  - (B) acomodada e excesso.
  - (C) ordinária e consideração.
  - (D) amenizada e menosprezo.
  - (E) indefinida e precedência.
12. É caracterizada pelo emprego de palavra(s) em sentido figurado a passagem:
- (A) ... a primeira coisa que fez foi encomendar a confecção de um artístico organograma.
  - (B) ... o Ministro não fez mais nada a não ser estudar a galharia daquela árvore geométrica...
  - (C) ... todo aquele que tivesse a ventura de penetrar em seu gabinete podia admirá-lo.
  - (D) ... essa marca de sua personalidade condizia com as altas funções que lhe cabiam.
  - (E) Dizem, mesmo, que até hoje o magnífico organograma figura no tal Ministério...
13. Assinale a alternativa em que os verbos destacados nas passagens – Aparentemente, essa marca de sua personalidade **condizia** com as altas funções que lhe **cabiam**. / se não **fosse eu**, todo esse complexo administrativo já **teria desabado** para um lado... – estão em correlação adequada, segundo a norma-padrão.
- (A) condisse ... couberam ... formos nós ... desabará
  - (B) condiz ... couberem ... eram vocês ... desaba
  - (C) condiria ... cabem ... era eu ... desabava
  - (D) condirá ... coubessem ... fôramos nós ... desabou
  - (E) condissera ... caberiam ... seriam eles ... desabaria
14. A passagem do texto em que, de acordo com a norma-padrão, o pronome destacado pode ser colocado antes ou depois do verbo a que se vincula é:
- (A) ... capaz de exteriorizar-**se** em requintes de planejamento...
  - (B) ... essa marca de sua personalidade condizia com as altas funções que já **lhe** cabiam.
  - (C) Quando **lhe** trouxeram o trabalho, encomendado no Departamento do Pessoal...
  - (D) Pôs-**se** imediatamente a inventar novas repartições...
  - (E) ... tudo mais no Ministério que **se** danasse...
15. Assinale a alternativa cujo enunciado se apresenta de acordo com a norma-padrão de pontuação e emprego do sinal de crase.
- (A) A cidade de São Bonifácio, incrustada nas encostas da Serra Geral de Santa Catarina, à 70 quilômetros de Florianópolis é um lugar de muitas curiosidades.
  - (B) A imigração alemã que dá origem à São Bonifácio vincula-se as grandes migrações, do início do século XIX.
  - (C) A origem do município de São Bonifácio, está ligada à criação da Colônia Teresópolis, unificada com à Colônia Santa Isabel.
  - (D) A emigração de trabalhadores, tanto urbanos quanto rurais respondia à uma estratégia de Estado para diminuir às formas de pressão internas.
  - (E) O professor pediu a Egon, seu filho, que limpasse os sapatos do governador, sujos de barro devido ao acesso difícil à nossa localidade na época.

## LEGISLAÇÃO

- 16.** A respeito do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, assinale a alternativa correta, conforme a Lei nº 8.112/1990.
- (A) Servidor é a pessoa legalmente investida do serviço público.
  - (B) Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.
  - (C) Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros natos, são criados por lei complementar, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos.
  - (D) É absolutamente proibida a prestação de serviços gratuitos.
  - (E) O provimento dos cargos públicos far-se-á mediante ato da autoridade competente do Poder Executivo, ainda que se trate de cargo da estrutura de outro Poder.
- 17.** É requisito básico para investidura em cargo público, segundo a Lei nº 8.112/1990,
- (A) a nacionalidade originária brasileira.
  - (B) o gozo dos direitos sociais.
  - (C) quitação com as obrigações militares e eleitorais.
  - (D) ensino médio completo, no mínimo.
  - (E) idade mínima de dezesseis anos.
- 18.** A realização de concurso público para a seleção de profissionais integrarem o serviço público é mandamento constitucional, excetuadas algumas situações específicas, tais como a dos cargos em comissão demissíveis *ad nutum*. A respeito do concurso público, é correto afirmar, com base na Lei nº 8.112/1990, que
- (A) o concurso será de provas e títulos, devendo ser realizado em duas etapas, conforme dispuser o respectivo plano de carreira, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento do valor fixado no edital.
  - (B) o concurso público terá validade de 4 (quatro) anos, se o seu prazo for prorrogado uma única vez.
  - (C) o prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado na internet e em periódicos especializados de grande circulação.
  - (D) não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.
  - (E) a nomeação para cargo técnico em comissão depende de prévia habilitação em processo seletivo simplificado, obedecida a ordem de classificação, em razão do princípio da moralidade e impessoalidade.
- 19.** Fulano da Silva é servidor público federal e há seis meses vem se recuperando de acidente ocorrido fora do ambiente de trabalho que lhe causou cegueira total permanente, perda da função motora nos membros superiores e perda da capacidade de fala. A limitação da sua capacidade por decorrência do acidente foi verificada em inspeção médica. A respeito dessa situação hipotética, é correto afirmar, com base na Lei nº 8.112/1990, que
- (A) se julgado incapaz para o serviço público, Fulano será exonerado a bem do serviço público.
  - (B) caso seja possível a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação, ocorrerá a chamada recondução do servidor.
  - (C) caso a nova condição física de Fulano se mostre incompatível com qualquer função no serviço público, ele poderá optar pela aposentadoria ou pela disponibilidade, caso no qual aguardará eventual recuperação sem recebimento de quaisquer vencimentos.
  - (D) Fulano permanecerá como servidor público em licença médica renovável após avaliação médica até a sua plena recuperação ou a sua aposentadoria por idade, o que ocorrer primeiro.
  - (E) eventual readaptação do servidor será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos.
- 20.** Com base na Lei nº 8.112/1990, é correto afirmar que poderá o servidor ausentar-se do serviço por
- (A) uma manhã ou uma tarde, para doação de sangue.
  - (B) 8 (oito) dias consecutivos em razão de casamento.
  - (C) 2 (dois) dias, para se alistar como eleitor.
  - (D) 8 (oito) dias úteis em razão de falecimento do cônjuge.
  - (E) 2 (dois) dias, em caso de divórcio ou separação judicial.

21. A universidade federal X, criada por lei como autarquia, pretende fazer a contratação de obra de engenharia para a instalação de um novo prédio administrativo, sem qualquer relação com as atividades de ciência, tecnologia e inovação. Como a universidade não possui orçamento para a realização da obra em 2019, pretende incluir no edital de licitação a obrigatoriedade de que a empreiteira obtenha os recursos financeiros necessários à execução da obra, de maneira que a integridade do valor do contrato seja pago apenas no exercício de 2020, com a obra entregue e o prédio em pleno funcionamento. Sem recursos igualmente para a contratação prévia de projeto básico e executivo, a universidade espera transferir ainda ao vencedor da licitação a atribuição de realizar os projetos necessários à construção da obra, inclusive o projeto básico. A respeito da situação hipotética descrita, é correto afirmar, com base na Lei nº 8.666/1993, que
- (A) é vedado incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem, exceto nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão, o que não é o caso da situação descrita.
  - (B) no caso descrito, é possível a publicação do edital de licitação apenas com o anteprojeto de engenharia aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório.
  - (C) embora haja parcelas da obra a serem executadas no exercício de 2019, não há necessidade de previsão de recursos que assegurem o pagamento dessas obrigações nesse ano, sendo possível a realização da licitação com base apenas na expectativa dos dirigentes da autarquia de inclusão dos recursos necessários no orçamento referente a 2020, quando deverão ser feitos os pagamentos.
  - (D) não haverá vedação à participação na licitação por parte do autor do projeto básico ou executivo, neste caso, por se pretender transferir a responsabilidade pela elaboração do projeto para o empreiteiro licitante.
  - (E) independentemente do valor do contrato, a licitação deverá ocorrer pela modalidade concorrência, por se tratar de obra de engenharia licitada apenas com base em anteprojeto, transferindo-se a incumbência da elaboração do projeto básico e executivo para o contratado.
22. A respeito da realização de compras de bens pela Administração Pública, é correto afirmar, com base na Lei nº 8.666/1993, que deverão
- (A) atender ao princípio da especificação, que imponha compatibilidade de definições técnicas e de desempenho, garantidas, quando for o caso, as condições mais econômicas de manutenção, assistência técnica e as mais longas garantias oferecidas no mercado.
  - (B) ser observadas a especificação completa do bem a ser adquirido com indicação de marcas sempre que houver preferência justificada por um determinado fornecedor.
  - (C) ser processadas por meio de sistema de registro de preços, sempre que possível.
  - (D) submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às de outros entes públicos, ainda que em outros países.
  - (E) ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para a realização da licitação pelas modalidades mais simples, visando a economicidade e a eficiência da contratação.
23. Com base na Lei nº 8.666/1993, é dispensável a licitação
- (A) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, autorizado acréscimo de no máximo 10% (dez por cento) no valor do contrato.
  - (B) quando a União, o Estado, o Distrito Federal e o Município tiverem que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
  - (C) para a compra ou locação de automóveis destinados ao atendimento das finalidades precípua da administração, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.
  - (D) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
  - (E) nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base na média de preços dos últimos 90 (noventa) dias.

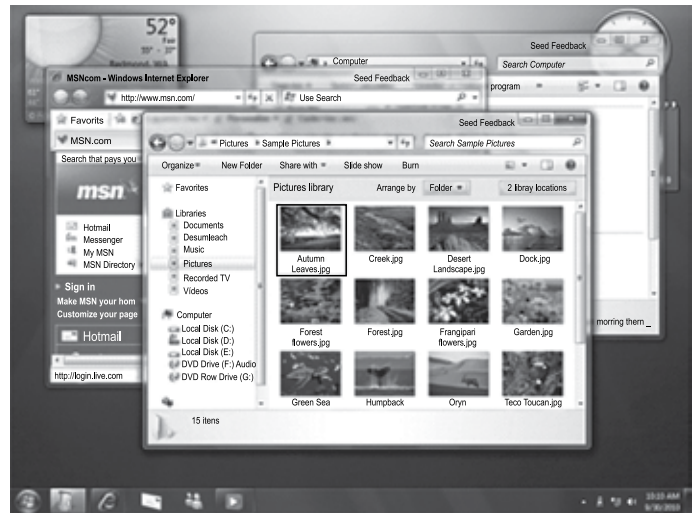
24. É relativamente comum a participação de consórcios de empresas em licitações públicas. A esse respeito, é correto afirmar, com base na Lei nº 8.666/1993, que

- (A) o consórcio deverá estar constituído há ao menos 12 (doze) meses da data da publicação do edital para que possa participar da licitação.
- (B) todas as empresas que integram o consórcio terão as mesmas responsabilidades e participação no valor do contrato, representando de forma igual o consórcio junto à Administração, sem a indicação de empresa líder.
- (C) há responsabilidade limitada dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, ao valor aportado no ato de formação do consórcio.
- (D) há proibição de realização de consórcio envolvendo ao mesmo tempo empresas brasileiras e estrangeiras no caso de obras de engenharia.
- (E) há impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente.

25. Constitui motivo para rescisão do contrato, com base na Lei nº 8.666/1993,

- (A) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato.
- (B) razões de interesse público de conhecimento da Administração justificadas por mudança na liderança do órgão público contratante em razão do resultado de prévio pleito eleitoral.
- (C) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, quando meramente alegada pela Administração ou comprovada pelo contratado, impeditiva da execução do contrato.
- (D) a suspensão de sua execução, por ordem verbal da Administração, por prazo superior a 90 (noventa) dias, salvo em caso de calamidade pública.
- (E) a decretação de recuperação judicial ou a instauração de processo de intervenção administrativa.

26. Considere a seguinte tela do Windows 7 em sua configuração padrão:



Assinale a alternativa que apresenta o resultado esperado ao executar uma vez o atalho de teclado “tecla Windows + M”.

- (A) As três janelas abertas serão ajustadas lado a lado.
- (B) As três janelas abertas serão ajustadas uma embaixo da outra.
- (C) A janela do Windows Internet Explorer será selecionada.
- (D) A janela selecionada será maximizada.
- (E) As três janelas abertas serão minimizadas.



27. Um usuário entra no site da VUNESP por meio do Windows Internet Explorer em sua configuração padrão. Em seguida, ele seleciona o trecho de texto destacado na imagem a seguir e pressiona simultaneamente as teclas "CTRL" e "C".



HOME > QUEM SOMOS

**QUEM SOMOS**

A Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista - VUNESP - é uma fundação com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e suas principais atividades são: planejar, organizar, executar e supervisionar o concurso Vestibular da Unesp; realizar vestibulares e concursos diversos para outras instituições e promover as atividades de pesquisa e extensão de serviços à comunidade, na área educacional.

O usuário cria um novo documento no MS-Word 2010, em sua configuração padrão. Nesse documento, ele clica na primeira linha da primeira página e pressiona as teclas "CTRL" e "V", simultaneamente. Assinale a alternativa que apresenta o resultado esperado após a realização dessas ações.

- (A) A página web inteira será colada no documento com a formatação original.
- (B) A página web inteira será colada no documento sem a formatação original.
- (C) Apenas a formatação original da página web será aplicada ao documento.
- (D) O texto selecionado será colado no documento.
- (E) A URL da página web será colada no documento.

28. No MS-Excel 2010, em sua configuração padrão, o recurso "Colar Especial" permite, entre outras funcionalidades, colar os Valores ou as Fórmulas. Ao copiar uma célula que tem como conteúdo uma fórmula e utilizar o recurso "Colar", por padrão, será feita uma cópia

- (A) da fórmula com formatação.
- (B) da fórmula sem formatação.
- (C) do valor com formatação.
- (D) do valor sem formatação.
- (E) da formatação, apenas.

29. Considere a seguinte tabela, editada no MS-Excel 2010 em sua configuração padrão.

	A	B	C
1	Template	Nome	Mensagem
2	Olá \${NOME},  Gostaria de informar que sua documentação está pronta para retirada.	Jorge	Olá Jorge,  Gostaria de informar que sua documentação está pronta para retirada.
3	Att,		Att,
4			

A célula C2 contém a fórmula:

- (A) =SUBSTITUIR(A2;"NOME";B2)
- (B) =SUBSTITUIR(A2;"\${NOME}";B2)
- (C) =TEMPLATE(A2;"NOME";B2)
- (D) =TEMPLATE(A2;"\${NOME}";B2)
- (E) =BUSCAR(A2;"\${NOME}";SUBSTITUIR(B2))

30. No buscador de páginas web Google, a palavra-chave utilizada para buscar arquivos com determinadas extensões, como PDF, DOCX, XLS etc, é

- (A) file.
- (B) extension.
- (C) filetype.
- (D) typefile.
- (E) type.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A Administração Pública se difere da gestão privada, entre outros motivos, por seguir determinados princípios Constitucionais. Assinale a alternativa cujo princípio Constitucional melhor se adéqua aos concursos públicos, aos processos de licitação e à dissociação dos políticos em obras e serviços públicos.

- (A) Princípio da legalidade.
- (B) Princípio da moralidade.
- (C) Princípio da impessoalidade.
- (D) Princípio da equidade.
- (E) Princípio da parcialidade.

32. O Prefeito Mervalzinho da cidade de Esmeraldópolis aprovou junto à sua equipe o seguinte *outdoor*:

Parabéns, **Prefeito Mervalzinho**, pelas 100 novas Casas Populares em Esmeraldópolis!



Os vereadores de oposição desse município elaboraram uma reclamação formal contra essa propaganda do Prefeito junto à justiça eleitoral. Eles se basearam corretamente no princípio Constitucional descrito na alternativa:

- (A) Moralidade, na medida em que os políticos devem seguir princípios morais e éticos em suas comunicações e evitar associar seus nomes às realizações e obras públicas, sempre que possível.
- (B) Legalidade, pois os gestores públicos devem primar e defender as Leis e princípios que regem uma sociedade democrática e plural, ou seja, o dinheiro público não serve para promoção de ordem pessoal.
- (C) Razoabilidade, ou seja, as obras públicas devem ser divulgadas para a população, mas devem ser discretas, objetivas e educativas; além disso, não se recomenda a citação de nomes ou pessoas nesse tipo de publicidade.
- (D) Supremacia do Interesse Público, o que não ocorreu nessa publicidade; o erário público foi utilizado para promover o prefeito e ultrapassou o limite do interesse público.
- (E) Publicidade, pois não se deve ter uma comunicação de cunho ou promoção pessoal; os atos governamentais devem possuir um caráter educativo, informativo ou de orientação social.

33. Numa avaliação de perfil profissional dos gestores públicos recém-contratados de um município, percebeu-se que mais da metade deles possuía deficiência numa das funções administrativas conhecida como “direção”.

Assinale a alternativa que descreve corretamente esse tipo de deficiência.

- (A) Dificuldades em visão estratégica e operacional, ou seja, de pensar em colocar em práticas as ideias e os projetos.
- (B) Dificuldades em administrar as pessoas em busca dos objetivos, ou seja, com problemas em comunicar, incentivar, motivar e liderar pessoas.
- (C) Problemas para estabelecer as prioridades de trabalho, assim como a divisão de tarefas e, finalmente, o controle dos processos e resultados.
- (D) Deficiências de relacionamento interpessoal, indecisão e falta de liderança para indicar os rumos e os indicadores de controle das atividades.
- (E) Debilidade para lidar com problemas, tomada de decisão e reordenamento de pessoal, pois não têm habilidade em lidar com números e resultados.

34. O Secretário Municipal de Gestão recém-eleito de um município paulista analisou as gestões anteriores e percebeu que nem sempre os programas e projetos da sua Secretaria atingiram os resultados esperados. Nesse sentido, ele conversou com funcionários de diferentes níveis hierárquicos e soube que, em geral, as propostas foram elaboradas tão somente pelo primeiro escalão, sem a participação dos demais funcionários. Diante dessa situação e consciente dos diferentes tipos de planejamento, ele propôs corretamente à sua equipe o exposto na alternativa:

- (A) Planejamentos de curto, médio e longo prazos.
- (B) Planejamentos situacional, gerencial e funcional.
- (C) Análise SWOT, projeção de cenários e PDCA.
- (D) Planejamentos estratégico, tático e operacional.
- (E) Matriz BCG, análise SWOT e planejamento estratégico.

- 35.** O Portal de Atendimento da Prefeitura de São Paulo, com relação à reclamação de poluição sonora, informa que “O Programa de Silêncio Urbano (PSIU) fiscaliza ruídos excessivos, visando tornar mais pacífica a convivência entre estabelecimentos e os moradores da vizinhança”. Em situações como ocorrência de veículo estacionado na rua com som muito alto e realização de baile funk (pancadão) na via pública, sendo estas denunciadas por cidadãos e moradores, serão coibidas pela gestão pública a partir do poder denominado
- (A) de polícia, que é um mecanismo que a Administração Pública tem para conter os abusos do direito individual.
  - (B) disciplinar, pois se trata de uma prerrogativa do Estado intervir em situações contra a paz e o bem-estar coletivo.
  - (C) vinculado, pois, em casos de flagrante abuso de liberdade individual, deve-se agir com rigor e punição em prol do bem-estar coletivo.
  - (D) discricionário, ou seja, trata-se de um poder do Estado para agir em casos de invasão da privacidade alheia e de perturbação da paz e do bem-estar individual.
  - (E) hierárquico, na medida em que os direitos individuais se subjugam aos interesses coletivos, e, nos casos citados, há claro desrespeito.
- 36.** Um prefeito recém-eleito e com larga experiência na área privada, mas sem qualquer experiência na área pública, elencou, em função do seu perfil empreendedor, uma série de projetos que gostaria de realizar, alguns dos quais em parceria com o setor privado e a sociedade civil. Contudo, a assessoria jurídica do município alertou o chefe do executivo de que parte das suas ideias não era viável, pois não havia respaldo legal para tais propostas. Para fundamentar corretamente o seu parecer diante dessa situação, a assessoria jurídica orientou o chefe do executivo da seguinte forma:
- (A) o poder vinculado limita a Administração Pública a agir estritamente de acordo com a Lei, devendo obedecer ao princípio da legalidade.
  - (B) o poder disciplinar delimita o tipo de projeto que o administrador público deve ou não realizar, e é preciso seguir o princípio da moralidade e legalidade.
  - (C) o poder hierárquico estabelece uma relação de poderes, na qual o executivo deve respeitar o judiciário, ou seja, está submetido às leis municipais.
  - (D) o poder discricionário define as possibilidades e limites para o executivo público, e, em função das leis municipais vigentes, devem-se evitar determinados projetos.
  - (E) o poder regulamentar é a base legal para circunscrever o papel do executivo, e o gestor público deve se pautar pelas leis vigentes em seus projetos.
- 37.** Em função de disputas políticas, diversas obras e projetos públicos são interrompidos no Brasil, dificultando a continuidade em políticas públicas. Ciente disso, um candidato a prefeito de um determinado município reuniu sua equipe e solicitou a elaboração de um planejamento estratégico. A ideia desse candidato era aproveitar o que estava sendo feito corretamente, evitar os eventuais erros, observar o que outros municípios vizinhos desenvolviam e em que a sociedade local poderia desafiar o futuro chefe do executivo. Diante disso, a equipe desse candidato utilizou-se de uma metodologia conhecida como
- (A) Análise de Cenários, pois as particularidades regionais, assim como o histórico desse município, são aspectos fundamentais para o Planejamento Estratégico.
  - (B) Metodologia Kaizen, a qual permite aproveitar, de forma contínua, os acertos e evitar os erros cometidos, assim como desenvolver um senso estratégico nos gestores.
  - (C) Método Ágil, porque as transformações locais e regionais exigem um procedimento flexível e suficientemente estratégico para as demandas desse candidato.
  - (D) Matriz BCG, pois se busca reconhecer os serviços que devem ser mantidos ou encerrados e, ao mesmo tempo, aproveitar as oportunidades locais.
  - (E) Análise SWOT, ou seja, busca-se reconhecer os pontos fortes e fracos do município e também as oportunidades e ameaças do entorno.
- 38.** No sentido popular ou leigo, a burocracia pública é quase um sinônimo de lentidão, carimbos, excesso de autoridade, ou seja, algo que tende a “não funcionar direito”. Entretanto, no seu sentido técnico e acadêmico, a burocracia pública tem como sinônimo:
- (A) eficácia, ou seja, trabalha-se pelo resultado esperado pelos cidadãos e menos preocupado com os processos.
  - (B) efetividade, ou seja, independentemente dos processos, busca-se avaliar o alcance dos resultados e dos seus efeitos positivos.
  - (C) eficiência, ou seja, busca-se um serviço público célere, com os menores custos e os melhores resultados.
  - (D) entropia, ou seja, o sistema público deve ser retroalimentado pelos impostos, e os cidadãos, por sua vez, devem receber bons serviços dos governos.
  - (E) excelência, ou seja, o nível de qualidade dos serviços públicos deve estar de acordo com as expectativas dos cidadãos.

- 39.** O prefeito que recentemente assumiu um pequeno município constatou uma situação desafiadora: faltavam emprego e renda para mais de 30% da população economicamente ativa. O histórico desse município indicava um quadro de ausência de inovação na gestão pública nos últimos 20 anos. Por outro lado, o chefe do executivo acreditava no potencial desse município, pois havia recursos naturais em abundância – rios, peixes, extensa e rica fauna e flora –, uma população criativa e empreendedora, enfim um contexto favorável para melhoria econômica. Assim, ele reuniu sua equipe da área de desenvolvimento econômico e solicitou um Planejamento Estratégico. Sua equipe, diante dessa situação e ciente da complexidade na elaboração desse planejamento estratégico, procedeu corretamente realizando
- (A) um trabalho de intervenção sobre os pontos fracos e fortes desse município e uma pesquisa sobre o perfil dos moradores e da economia local para uma proposta de redesenho da estrutura municipal.
  - (B) uma proposta de ação estratégica para o desenvolvimento de competências dos moradores, de tal forma a ampliar as oportunidades de emprego e renda da população economicamente ativa.
  - (C) o mapeamento de oportunidades de emprego e renda nesse município de tal forma a otimizar os recursos existentes e também trabalhando no sentido de melhorar o transporte aos municípios vizinhos para a busca de trabalho.
  - (D) uma análise de municípios congêneres que conseguiram gerar emprego e renda a partir da sua realidade local, ou seja, a equipe foi em busca de potenciais oportunidades e ameaças, tendo em vista a ciência dos pontos fortes e fracos.
  - (E) a análise situacional, pois pode-se prescindir da realidade local e do perfil dos moradores; além disso, buscou-se uma proposta de estímulo à inovação a partir de palestras e eventos com consultores e especialistas.
- 40.** No âmbito da burocracia pública, há instrumentos, técnicas e processos que são práticas típicas do setor público, diferenciando-o do setor privado. Assinale a alternativa que cita corretamente essas práticas.
- (A) Planejamento estratégico, cálculo de viabilidade, controle dos resultados.
  - (B) PDCA – planejamento, execução, checagem e ajuste.
  - (C) Pacto federativo, LOA, investimento e retorno, executivo, legislativo e judiciário.
  - (D) Editais, orçamento público, planejamento e uso intensivo de novas tecnologias.
  - (E) Concursos públicos, orçamento público e compras por meio de licitações públicas.
- 41.** Um prefeito de um município percebeu a ausência de alternativas de saúde, educação, saneamento, cultura, lazer e creches para atender as demandas das mulheres da periferia. Além disso, verificou que tais mulheres têm sofrido com a violência doméstica e a falta crônica de emprego e renda. Diante dessa situação, ele convocou o seu Secretariado para corretamente definir
- (A) um planejamento estratégico para a prefeitura de tal forma a garantir projetos para as famílias pobres da periferia, assim como orçamento para o atendimento pontual das principais demandas.
  - (B) ações e atividades articuladas com foco em gênero, de forma pontual e no curto prazo, para contentar essa parcela do eleitorado, buscando-se constituir soluções paliativas ao que se verificou.
  - (C) um volume de recursos via orçamento público para atender, de forma sistêmica, mas pontual, as necessidades das mulheres da periferia, assim como a dos seus familiares, sem privilégios.
  - (D) uma política pública para as mulheres da periferia, ou seja, um conjunto de programas, projetos, ações e atividades, inclusive em parceria com o setor privado, para a garantia de direitos e cidadania dessa parcela da população.
  - (E) ações integrativas para as mulheres da periferia, ou seja, a reunião de esforços da sociedade civil para a resolução dos problemas vividos, nas diferentes dimensões, por essa parcela da população.
- 42.** Na Gestão Pública Contemporânea, entre outras características, busca-se a ênfase no cidadão, ou seja, mais do que o controle dos processos, pretende-se alcançar resultados que possam satisfazer as reais demandas das pessoas. Dentro desse contexto, privilegia-se o que está descrito na seguinte alternativa:
- (A) o foco está na qualidade percebida pelo cliente, ou seja, mesmo que exista ineficiência, o que importa é a visão do cidadão.
  - (B) para além da eficiência, busca-se alcançar a eficácia e a efetividade nas políticas públicas com foco nos resultados aos cidadãos.
  - (C) a ênfase está no acompanhamento contínuo dos resultados, de tal forma a ajustar permanentemente as políticas públicas de acordo com as demandas.
  - (D) o ciclo PDCA, ou seja, o controle e melhoria pontual de processos e produtos, de tal forma a buscar o reconhecimento dos cidadãos.
  - (E) o foco está na desburocratização dos serviços públicos, de forma a acompanhar as mudanças na sociedade moderna e as novas tecnologias.

43. Nos últimos anos, o setor público brasileiro tem passado por transformações quanto à sua Governança. Assinale a alternativa que apresenta características típicas da Governança no contexto da área pública.

- (A) Prover aos cidadãos dados e informações de qualidade; garantir a qualidade e a efetividade dos serviços prestados aos cidadãos; definir claramente processos, papéis, responsabilidades e limites de poder.
- (B) Implementar mudanças tecnológicas no sentido de reduzir o tempo e aumentar a qualidade dos serviços públicos; treinar esporadicamente os funcionários públicos; focar em resultados e não em processos.
- (C) Definir estruturas coerentes, ágeis e flexíveis nos órgãos públicos; implementar Conselhos com membros da sociedade civil, empresas e governo; reduzir os controles para o alcance de resultados aos cidadãos.
- (D) Favorecer os diálogos com outros setores da sociedade; construir parcerias tendo em vista a satisfação dos cidadãos; reduzir a pressão por dados do processo e do controle de forma a focar nos resultados.
- (E) Prestar serviços de qualidade aos cidadãos; apresentar, de forma transparente, as contas e os gastos efetuados; manter dados sigilosos com o intuito de proteger os interesses setoriais.

44. Há diversos tipos de controle na Administração Pública brasileira. No tocante ao papel exercido pelo Ministério Público, assinale a alternativa que descreve corretamente esse tipo de controle.

- (A) Controle interno da gestão pública exercido por órgão independente e com autoridade e direito de suspender gestores públicos.
- (B) Controle interno e externo a depender do tipo de crime cometido contra a Administração Pública, com efeito civil ou penal.
- (C) Controle externo de crimes contra a Administração Pública, tais como concussão, corrupção, prevaricação, abuso de autoridade.
- (D) Controle *ex-post* dos fatos e ocorrências no âmbito da gestão pública com efeito suspensivo de ordem civil ou criminal contra funcionários públicos.
- (E) Controle *ad referendum* das decisões tomadas pelo poder judiciário e consubstanciado pelo Ministério Público no âmbito civil e criminal.

45. Leia o texto.

### **Aplicativo que ajuda a fiscalizar gastos de prefeituras ganha prêmio nacional**

*Mecanismo “As Diferentonas”, que permitirá ao cidadão acompanhar a aplicação de recursos federais, vence o concurso Hackathon – Participação no Combate à Corrupção*

O projeto “As Diferentonas”, da Paraíba, venceu o concurso de aplicativos “Hackathon – Participação no Combate à Corrupção”, promovido pelo Ministério da Justiça (MJ) e apoiado pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MP) e pela Controladoria-Geral da União (CGU). A iniciativa envolveu o desenvolvimento de aplicativo que permite ao cidadão identificar padrões diferenciados de gastos públicos nas transferências voluntárias. A meta é permitir ao cidadão verificar como as verbas federais são aplicadas e, assim, acentuar o combate à corrupção.

(<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/05/governo-premia-aplicativo-que-auxilia-no-combate-a-corrupcao>)

Há um aumento de aplicativos disponíveis para a população para controle e fiscalização do setor público e dos seus atores. Por outro lado, os gestores públicos estão prestando, cada vez mais, contas de suas atividades. Um conceito que explica tal tendência está corretamente expresso na alternativa:

- (A) transformação digital, na medida em que os dados e informações são abundantes e acessíveis aos cidadãos.
- (B) democracia e participação, em que se pressupõe o exercício da cidadania ativa por meio de cobranças dos governantes.
- (C) fiscalização e controle, porque os gastos públicos estão sendo monitorados de forma pró-ativa pela sociedade.
- (D) *Open Innovation*, pois os processos de acompanhamento e controle da gestão pública são difusos e, muitas vezes, surgem da própria sociedade.
- (E) *Accountability*, pois refere-se à responsabilização dos governantes por seus atos e ao incentivo a uma constante prestação de contas à sociedade.

46. O processo de elaboração, análise e aprovação do orçamento público envolve diferentes atores. Assinale a alternativa que contempla, respectivamente, os responsáveis pela elaboração e pela análise e aprovação do orçamento público federal.

- (A) É elaborado pelo Ministério do Planejamento, e sua análise e aprovação são de responsabilidade do Poder Executivo.
- (B) É elaborado pelo Ministério da Fazenda, e sua análise e aprovação estão sob responsabilidade do Poder Executivo.
- (C) É elaborado pelo Congresso Nacional e analisado e aprovado pelo Poder Executivo.
- (D) É elaborado pelo Poder Executivo, e sua análise e aprovação estão a cargo do Congresso Nacional.
- (E) É elaborado pelo Ministério de Gestão Pública e analisado e aprovado pelo Poder Executivo.

47. No contexto atual da Administração Pública, o modelo de gestão por competências tem conquistado espaço em diferentes setores e níveis de governo. Assinale a alternativa que descreve corretamente esse tipo de modelo de gestão.
- (A) Prioriza-se selecionar funcionários públicos competentes para lidar com as atuais demandas da gestão burocrática.
  - (B) Busca-se alinhar as competências dos servidores públicos necessárias à realização da estratégia organizacional.
  - (C) Estrutura-se a gestão pública a partir de setores especializados, ou seja, com departamentos com competência técnica para execução das políticas públicas.
  - (D) Focaliza-se o tipo de gestor público competente para colocar em prática as políticas públicas com ênfase nos cidadãos.
  - (E) Organizam-se a missão, a visão e os princípios organizacionais para o alcance de resultados a despeito do envolvimento dos funcionários.

48. Leia a seguinte notícia:

**Decreto simplifica serviços públicos para atendimento ao cidadão**

*Apresentação de documentos autenticados, certidões e outras informações que constem em base de dados do governo federal serão dispensadas*

Para simplificar a prestação de serviços públicos, o governo federal publicou nesta terça-feira (18), no Diário Oficial da União (DOU), o Decreto nº 9.094. A partir de agora, os cidadãos não terão que entregar atestados, certidões ou outros documentos que constem em uma base de dados oficial da administração pública para usufruir de um serviço.

(<http://www.planejamento.gov.br/noticias/decreto-simplifica-servicos-publicos-para-atendimento-ao-cidadao>. Publicado em: 18.07.2017)

Esse é apenas um exemplo de atendimento ao público pelo setor público. Nesse mesmo sentido, no Estado de São Paulo, podem-se citar o Poupatempo, e, em Minas Gerais, o Unidade de Atendimento Integrado – UAI, entre outros.

O que esses serviços públicos têm em comum?

- (A) Redução de tempo para execução do serviço público a partir da integração de dados, informações e documentos pelo uso intensivo das novas tecnologias de informação e comunicação.
- (B) Eliminação de etapas de trabalho e desburocratização do serviço público e a entrega de dados, informações e documentos com a respectiva redução da satisfação dos cidadãos por esses serviços.
- (C) Uso intensivo das novas tecnologias digitais, inclusive com a utilização de robôs de atendimento ao cidadão, proporcionando uma vivência única da relação entre o Estado e a população em geral.
- (D) São exemplos de serviços públicos de baixa qualidade pela falta de infraestrutura e investimento governamental e da sociedade civil, não atendendo, assim, aos cidadãos devidamente.
- (E) Os exemplos citados denotam um Estado que busca se ausentar do seu papel de atendimento aos cidadãos, contratando, nesse contexto, majoritariamente funcionários terceirizados.

49. A charge a seguir expõe uma potencial contradição ética entre o tema do protesto e a atitude do cidadão ao adquirir um produto pirata, falsificado.



(Charge de Duke)

No caso de esse cidadão, numa situação hipotética, ser um servidor público, e considerando-se a temática da ética nesse contexto, qual é o risco de infração em que esse funcionário público pode incorrer?

- (A) Sua ação contra a corrupção tende a ser contra o serviço público.
  - (B) Ele usa de má fé ao utilizar-se da sua posição pública para benefício próprio.
  - (C) Sua atitude pode relacionar o seu nome e cargo público ao empreendimento de cunho duvidoso.
  - (D) Ele induz o vendedor ao erro ao indicar o interesse por um produto sem qualidade e de procedência duvidosa.
  - (E) Ele incentivou a não arrecadação e a atividade informal do trabalhador num mercado precarizado.
50. A ética no serviço público deve ser observada pelos funcionários que atuam na área pública. Nesse contexto, são vedados ao servidor público o exposto na alternativa:
- (A) filiar-se a partidos políticos e disseminar suas convicções ideológicas; vender produtos de quaisquer atividade ou setor econômico no mesmo horário e local de trabalho; realizar trabalho voluntário em atividades que se relacionam às atividades exercidas no serviço público.
  - (B) usar do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; desviar servidor público para atendimento a interesse particular; apresentar-se habitualmente embriagado no serviço ou fora dele.
  - (C) alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; agir em benefício próprio e de acordo com suas convicções religiosas no ambiente de trabalho; usar a influência do cargo para fins pessoais ou de terceiros de forma a contribuir com o Estado.
  - (D) retirar da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público; economizar recursos físicos, técnicos, materiais e humanos eximindo o Estado de suas obrigações.
  - (E) fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros; oferecer acesso aos serviços públicos aos cidadãos sem privilégio, de forma transparente e de acordo com as funções estabelecidas pela gestão pública.

51. São requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, a previsão e a efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, as previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos
- (A) das alterações na legislação; da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante ao longo dos últimos três anos.
  - (B) da transição de governos; do índice de variação do PIB e da inflação; do mercado externo e das tendências dos últimos cinco anos.
  - (C) do aumento da capacidade de arrecadação; do combate à evasão de recursos; da variabilidade de concessões, das Leis de incentivo e da potencialidade de crescimento econômico.
  - (D) do índice de formalização econômica; da variação da inflação; da compra e da venda de estatais; da quantidade de parcerias público-privadas previstas para os próximos cinco anos.
  - (E) do comportamento dos gastos e arrecadação dos últimos três anos; da projeção de crescimento econômico e da fiscalização e das tendências do mercado externo.
52. No âmbito da Lei Complementar nº 101/2000, que trata das finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, assinale a alternativa que aponta corretamente o(s) pressuposto(s) para essa forma de gestão pública.
- (A) A gestão fiscal responsável parte da noção de equilíbrio entre as receitas e despesas públicas, ou seja, pressupõe ações coordenadas dos agentes públicos guiados pela ética pública.
  - (B) A transparência, o uso de recursos de forma responsável, a omissão do Estado diante de *deficits* primários são pressupostos da responsabilidade na gestão final e nas finanças públicas.
  - (C) Os agentes públicos são responsáveis pelo bom uso dos recursos, tanto em termos de arrecadação como também na aplicação do dinheiro em programas, projetos e atividades públicas.
  - (D) A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.
  - (E) Os dispêndios financeiros do Estado devem ter, em contrapartida, recursos orçamentários suficientes para as dívidas correntes, os quais dependem da capacidade arrecadatória governamental.
53. A Lei nº 11.091/2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, no que se refere à gestão dos cargos do Plano de Carreira, seguirá os seguintes princípios e diretrizes:
- (A) equidade de oportunidades aos docentes e técnicos administrativos, observadas as vagas de capacitação disponíveis, e planejamento estratégico de carreira de acordo com as expectativas da instituição de ensino.
  - (B) estímulo ao desenvolvimento contínuo dos conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores públicos e do corpo docente; transparência nos processos e atribuição impessoal de cargos e funções por parte da instituição de ensino.
  - (C) investidura em cada cargo condicionada à aprovação em concurso público; avaliação baseada em critérios objetivos e vinculados aos objetivos estratégicos da instituição de ensino e promoção por mérito e títulos.
  - (D) reconhecimento do saber não instituído resultante da atuação profissional na dinâmica de ensino, de pesquisa e de extensão; formação continuada e com amplo acesso aos docentes e demais servidores e remuneração compatível ao desempenho.
  - (E) natureza do processo educativo, função social e objetivos do Sistema Federal de Ensino; qualidade do processo de trabalho e desenvolvimento do servidor vinculado aos objetivos institucionais.
54. Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar anualmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Educação, se for o caso, o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis, de acordo com a Lei nº 11.091/2005:
- (A) pessoal da ativa e os que estão em fase de aposentadoria; novos cursos e demandas da comunidade local e disponibilidade de recursos físicos.
  - (B) vacância de docentes e pessoal permanente; necessidades de pessoal em pesquisa e desenvolvimento e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
  - (C) temáticas atuais e emergentes de interesse da instituição de ensino; necessidades de capacitação técnica e operacional e demandas de ensino, pesquisa e extensão.
  - (D) demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho, do Plano de Carreira e usuários e inovações tecnológicas.
  - (E) necessidade de pessoal num prazo de até 5 anos; plano de capacitação docente e do quadro técnico e funcional e demandas locais.

**55.** São considerados instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal no âmbito do Decreto nº 5.707/2006 os que estão apresentados na alternativa:

- (A) plano plurianual de capacitação; planejamento estratégico de pessoas e sistema de implementação e gestão de recursos humanos.
- (B) planejamento estratégico de pessoas; definição de critérios de reconhecimento e promoção e descentralização das ações e atividades.
- (C) plano anual de capacitação; relatório de execução do plano anual de capacitação e sistema de gestão por competência.
- (D) orçamento destinado para o desenvolvimento de pessoas; planejamento, metas e objetivos e atribuição de responsabilidades em cada órgão público.
- (E) definição de prazos, orçamento e pessoas para os fins de capacitação; planejamento estratégico de pessoas e metas e objetivos do programa.

**56.** Quais são as finalidades da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, com foco nos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, definidas no Decreto nº 5.707/2006?

- (A) Desenvolvimento permanente do servidor público e melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão.
- (B) Divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; definição dos métodos e regras de contratação de parceiros externos ao governo.
- (C) Racionalização e efetividade dos gastos com capacitação; busca por parceiros privados e da sociedade civil na capacitação de servidores públicos.
- (D) Definição de cargos, salários e funções; planejamento de carreira dos servidores públicos; atribuição e critérios de promoção no serviço público.
- (E) Estabelecimento de critérios objetivos para evolução na carreira pública; oferecimento de treinamento, interno e externo, ao Estado.

**57.** As finalidades referentes à adoção do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal – SIORG, para efeitos do desenvolvimento organizacional dos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal, conforme Decreto nº 6.944/2009, estão elencadas corretamente na alternativa:

- (A) proporcionar meios para melhorar o desempenho institucional e otimizar a utilização dos recursos disponíveis; flexibilizar a arquitetura organizacional de tal forma a oferecer mais agilidade aos gestores.
- (B) reduzir custos operacionais e assegurar a continuidade dos processos de organização e inovação institucional; otimizar os esforços de planejamento e gestão a partir de parcerias com organizações privadas e da sociedade civil.
- (C) uniformizar e integrar ações das unidades que o compõem; incorporar as novas tecnologias de informação e comunicação; aproximar-se de novos atores privados e da sociedade civil.
- (D) constituir rede colaborativa voltada à melhoria da gestão pública; propiciar a troca de experiências exitosas e de dificuldades; otimizar o tempo de execução das tarefas por intermédio de uma plataforma de gestão.
- (E) uniformizar e integrar ações das unidades que o compõem; constituir rede colaborativa voltada à melhoria da gestão pública e desenvolver padrões de qualidade e de racionalidade.

**58.** As diretrizes previstas no Decreto nº 6.944/2009 que têm por objetivo o fortalecimento da capacidade institucional, que é compreendida como o conjunto de medidas que propiciem aos órgãos ou entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional a melhoria das suas condições de funcionamento, estão corretamente apresentadas em:

- (A) aumento da eficiência, eficácia e efetividade do gasto e da ação administrativa; utilização dos recursos tecnológicos e digitais e parcerias com o setor privado.
- (B) organização da ação governamental por programas; eliminação de superposições e fragmentações de ações e orientação para resultados.
- (C) racionalização de níveis hierárquicos e aumento da amplitude de comando; parcerias público-privadas; inovação tecnológica e organizacional.
- (D) alinhamento da proposta apresentada com as competências da organização e os resultados que se pretendem alcançar; sinergia com empresas e sociedade civil e controle por resultados.
- (E) orientação para as prioridades de governo; planejamento estratégico; definição de metas e prioridades; eliminação de documentos físicos e uso intensivo de tecnologia.



**59.** A Lei nº 12.527/2011, que ficou popularmente conhecida como Lei de Acesso à Informação, busca dar acesso aos dados e informações da Administração Pública de forma ampla e transparente. No entanto, nessa Lei, há uma situação de exceção, não sendo permitido ao público acessar informações tais como as descritas a seguir:

- (A) informações relativas às forças armadas e de suas atividades internas e externas em função do seu caráter sigiloso e estratégico, exceto no Estado de Sítio.
- (B) relatórios e demais documentos da Presidência da República por, pelo menos, 20 anos devido ao caráter estratégico do país perante a comunidade internacional.
- (C) informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- (D) documentos referentes ao território nacional e a sua constituição por serem considerados de relevância primordial à soberania nacional e alvo de espionagem.
- (E) acordos bilaterais e multilaterais por tratarem de assunto de alto impacto econômico, social e político, com exceção aos momentos de Estado de Exceção.

**60.** Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista na Lei nº 12.527/11, são de 25 anos para informação ultrassecreta; 15 anos para informação secreta; e 5 anos para informação reservada. Assinale a alternativa que indica as autoridades competentes para definição da informação do tipo ultrassecreta.

- (A) Presidente da República; Vice-Presidente; Senadores; Presidentes de Empresas Estatais e de Economia Mista.
- (B) Presidente da República; Ministros de Estado e Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
- (C) Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior; Senadores e Deputados Federais.
- (D) Chefes das Forças Armadas; Ministros de Estado; Governadores e Prefeitos; Presidentes de Empresas Estatais e de Economia Mista.
- (E) Gabinete da Presidência da República; Ministros e Chefes das Forças Armadas e Presidentes de Estatais.





